



COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 050/2019, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, Exmo. Sr. JOILSON ROCHA NUNES, que "Dispõe Sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), para o Exercício de 2020, e Dá Outras Providências".

A proposição foi protocolada no dia 10/08/2019, lida na 26ª Sessão Ordinária realizada em 02/09/2019, onde o Presidente da Câmara Municipal, Exmº Sr. ELEAZAR FERREIRA LOPES, com base no parecer jurídico da Procuradora Legislativa, Dra. Valdirene Ornela da Silva Barros, encaminhou o Projeto para a Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Finanças e Orçamento, Comissão de Obras e Serviços Públicos, Comissão de Educação, Saúde e Assistência, Comissão de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Petróleo, Comissão de Agricultura, Turismo, Indústria e Comércio e Comissão de Segurança Pública para análise e oferecimento de parecer.

Quando em análise na Comissão de Justiça e Redação o Projeto de Lei recebeu parecer nº 050/2019, pela Aprovação em reunião extraordinária realizada em 10/09/2019.

Já na Comissão de Finanças e Orçamento, recebeu parecer nº 034/19, pela Aprovação, em reunião extraordinária realizada no dia 10/09/2019.

Este é o Relatório.

PARECER DO RELATOR

O presente Projeto de Lei destina-se a Dispor sobre a Lei a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), para o Exercício de 2020, e Dá Outras Providências".

A proposição pretende autorização Legislativa para que o Poder Executivo Municipal possa dispor sobre a Lei de Diretrizes

Joilson Rocha Nunes



COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Orçamentárias (LDO), para o Exercício de 2020, justifica o Poder Executivo Municipal em sua Mensagem nº 31, que:

“Observando o que dispõe a legislação em vigor, tenho a honra de submeter à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020.

O incluso Projeto de Lei objetiva fazer o elo entre o Plano Plurianual de aplicações e a Lei orçamentária anual, deste modo, orienta a elaboração do orçamento fiscal do setor público para o próximo ano.

Para alcançar tais objetivos, a LDO visa estabelecer quais serão as metas e prioridades do ente municipal. Assim sendo, integram ao texto da lei os seguintes anexos: Metas Anuais; Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do exercício anterior; Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores; Evolução do Patrimônio Líquido; Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos; Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS; Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita e Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Além disso, incorpora ao projeto o anexo de riscos fiscais.

Desse modo, é importante enfatizar que as diretrizes ora propostas coadunam-se perfeitamente com o Plano de Governo, cujo principal objetivo é desenvolvimento equilibrado entre as regiões. Os programas de atendimento às necessidades básicas dos setores educacionais, de ação social, habitacional e de saúde, continuam a merecer, no exercício de 2020, a nossa prioridade. Com isso, a criança, o adolescente e o segmento social que necessitam de maior intervenção do poder público, constituem os beneficiários primeiros da nossa ação de governo.

Destaco, nesta oportunidade, a importância do entrosamento dos Poderes Legislativo e Executivo para aplicação efetiva das diretrizes do Projeto de Lei ora encaminhado, permitindo a elaboração do Orçamento Anual de 2020.

As disposições constitucionais e as legislações pertinentes sobre esta matéria estão em perfeita sintonia com o texto ora proposto, que

Handwritten signature



COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

expressa, com clareza, as principais metas que pretendemos alcançar no próximo ano, razão pela qual solicito a Vossa Excelência e a seus dignos Pares, aprová-lo como proposto.”

Sob o aspecto da área de competência desta Comissão, a que se refere o artigo 46 do Regimento Interno e desta Casa de Leis, não encontramos qualquer impedimento a sua regular tramitação.

Analizando sob aspecto meritório, encontramos elementos suficientes para concordar com o Chefe do Executivo, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias -LDO para o exercício financeiro de 2019, e por ser o projeto um dos instrumentos de planejamento que norteiam a Administração Pública Municipal.

Diante do exposto, esta Comissão de Obras e Serviços Públicos, é pela aprovação do Projeto de Lei Nº 050/2019, e sugere aos seus doutos Membros a adoção do seguinte parecer:

Yamilton



COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PARECER Nº 001/2019

A COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Nº 050/2019, de autoria do Chefe do Executivo, Exmo. Sr. JOILSON ROCHA NUNES, que "Dispõe Sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), para o Exercício de 2020, e Dá Outras Providências":

Palácio Legislativo Henrique Broseghini, em 23 de setembro de 2019.

_____ (Ausente) _____ PRESIDENTE
Elielton Rocha Nascimento

Janilton Almeida de Carli RELATOR
Janilton Almeida de Carli

Ataídes Soares da Silva SECRETÁRIO
Ataídes Soares da Silva

Janilton Almeida de Carli MEMBRO
Janilton Almeida de Carli